



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



**PARECER N°. 007/2024 - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA**

Ao Projeto de Lei nº 026/2024.

Autora: Cristiane Giangarelli

Ementa: garante o direito de prioridade de matrícula de irmãos na mesma unidade escolar na Rede Municipal de Educação de Guaíra, Estado do Paraná.

Relatoria: Vereador José Cirineu Machado.

Conclusão: favorável.

## **1. RELATÓRIO**

A proposta legislativa da vereadora Cristiane Giangarelli, sob o número 026/2024, versa sobre o direito de prioridade na matrícula para irmãos que frequentam a mesma unidade escolar da rede municipal de ensino. Em sua justificativa, a vereadora argumenta que essa medida é essencial para facilitar o acesso à educação de crianças e adolescentes, além de incentivar a permanência das famílias na mesma escola, proporcionando-lhes comodidade e economia. A base legal para o projeto encontra-se no artigo 53, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo o projeto, a preferência na matrícula será concedida na escola mais próxima à residência dos alunos. Caso não haja vaga disponível na escola primária, os irmãos serão matriculados na segunda escola mais próxima, e assim sucessivamente.

Além dos irmãos, a proposta também abrange outras crianças sob a tutela do mesmo responsável. A regulamentação da lei será de responsabilidade do Poder Executivo Municipal.

Contudo, o Parecer Jurídico de número 030/2024 - I, emitido pelo advogado público desta instituição, anexado para referência, considera a proposta inconstitucional. Em síntese, o parecer argumenta que a matéria tratada na proposta é de competência exclusiva da União, conforme o disposto no artigo 22, inciso XXIV, da Constituição Federal. Além disso, ressalta que a regra proposta já está contemplada no artigo 53, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em análise pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, esta afastou o parecer jurídico, concluindo pela constitucionalidade da matéria, citando





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



que seu fundamento, dentre outros, está no art. 23, V, da Constituição Federal, além de já haver decisão do STF pela constitucionalidade de lei estadual sobre o mesmo tema. Com isso, a citada Comissão emitiu parecer favorável a tramitação do presente projeto. Na sequência, veio o projeto para análise desta Comissão.

## 2. VOTO DO RELATOR

A educação é um direito fundamental, estabelecidos no art. 6º, *caput*, da Constituição Federal, e também em seu art. 205 e 227, onde consta:

*Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

*Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

A Constituição impõe ao Estado e à família o dever de prestar educação a todos. Cada qual em sua esfera de atuação, cabe à família a educação inicial, pois é no núcleo familiar que o indivíduo aprende os primeiros valores sociais e morais. Ainda, é responsabilidade da família encaminhar a criança em idade escolar para a rede de ensino. O Estado, por sua vez, deve proporcionar as instituições adequadas a prestação do serviço educacional.

Ainda cabe pontuar que toda criança, além do direito à educação, tem direito ao convívio em sociedade e o convívio familiar, sendo dever do Estado assegurar tais direitos, ou seja, se faz necessário a existência de escolar com vagas em quantidade suficiente para o atendimento da demanda.

Além disso, o ingresso da escola e, principalmente, a frequência deve ser facilitada. O objetivo maior verificado no Projeto de Lei n.º 026/2024 é a proteção integral à criança e ao adolescente, aí compreendida a participação na vida familiar e comunitária, na medida em que irmãos estudarão na mesma instituição de ensino, fortalecendo seus vínculos na medida em que se inserem na sociedade que os cerca.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ

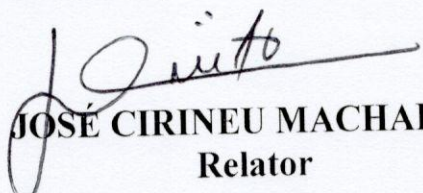


O projeto de lei atende as bases educacionais brasileiras, replicando e suplementando igual direito previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, trazendo-o para o âmbito municipal.

Não se verifica nenhuma interferência nos órgão da Administração Pública, tanto que há previsão de que o direito será aplicado em conformidade com a disponibilidade de vagas, além de ser necessário uma regulamentação pelo próprio Poder Executivo.

Por tais razões, manifesto meu **voto favorável** a tramitação do Projeto de Lei n.º 026/2024.

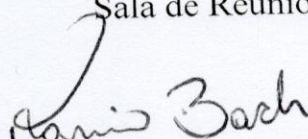
Sala de Reuniões, em 12 de junho de 2024.

  
**JOSÉ CIRINEU MACHADO**  
Relator

### 3. PARECER DA COMISSÃO – FAVORÁVEL

Os demais membros desta Comissão acompanham o voto do Relator, de forma que o Projeto de Lei n.º 026/2024 de autoria da Vereador Cristiane Giangarelli, possa ser discutido e votado em plenário.

Sala de Reuniões, em 12 de junho de 2024.

  
**KARINA BACH**  
Presidente

  
**VALBERTO PAIXÃO DA SILVA**  
Secretário

*Voto em Sessão Ordinária*  
*17/06/2024*

